

Exportações do ES para o Oriente Médio crescem 21%

Clésio Moraes
clesiomoraes@gazetamercantil.com.br

As exportações do Espírito Santo, de janeiro a julho, para o Oriente Médio, subiram 21,57%; África, 25,73% e Ásia 18,4%. As vendas para União Européia caíram 21,51% e para os Estados Unidos o percentual também foi negativo, registrando 29,35%.

Alguns produtos como veículos aumentaram a sua participação na pauta de importação capixaba. De janeiro a julho, a receita com essa conta aumentou 47% somando US\$ 213 milhões neste ano contra US\$ 145 milhões em 2000. A importação de trigo aumentou 53% no período e a de leite e derivados caiu 50,8%, o que, na opinião do economista César Augusto Gomes, reflete a crise da Argentina que trabalha com preços dolarizados para os seus produtos. O economista considerou grave o fato de 36% das importações não serem declaradas, ou seja, não detalhar que tipos de produtos entraram no Espírito Santo. "Até para analisarmos melhor a economia precisamos dessas informações", disse.

Também na importação, as empresas estaduais vêm diver-

sificando a relação com blocos parceiros. Os Estados Unidos, por exemplo, foram os que mais venderam produtos no ano passado. No mesmo período de 2001, eles perderam a liderança para a Ásia, que registrou um aumento de 45,85% das importações da pauta do estado.

O consultor de empresas e sócio da Econos Economia Aplicada, José Teófilo de Oliveira, afirma que a balança comercial capixaba não precisa ter superávit para ser considerada positiva. "Por sua logística portuária, o estado é a grande porta de entrada para diversos produtos no País".

O gerente do Departamento de Economia e Desenvolvimento do Instituto de apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES), Táurio Tassarolo, pondera que a balança comercial dos portos capixabas é superavitária no ano, registrando em média US\$ 5,5 bilhões de exportação contra US\$ 3 bilhões de importação. E que a análise da balança das empresas não leva em consideração que muitos produtos importados pelo estado vão parar em outras economias do País e não no estado.